



**Universidade de São Paulo**  
**Faculdade de Direito de Ribeirão Preto**

**Curso de Especialização em Direito Tributário – 4 ed**

*Curso realizado por meio do Convênio com a FADEP (Fundação para o  
Desenvolvimento do Ensino e da Pesquisa do Direito)*

**Prova de seleção**

- 1) Assinale a alternativa que NÃO apresenta uma das espécies tributárias:
  - a) imposto;
  - b) taxa;
  - c) tarifa;
  - d) contribuição de melhoria.
  
- 2) Assinale a alternativa que apresenta uma característica que NÃO integra o conceito de tributo:
  - a) prestação compulsória;
  - b) instituída por autorização legal;
  - c) atividade administrativa vinculada de cobrança;
  - d) não corresponde a punição por conduta antijurídica.
  
- 3) Assinale a alternativa que apresenta uma entidade que pode criar tributo:
  - a) Município de Ribeirão Preto;
  - b) Distrito Estadual de Fernando de Noronha;
  - c) Banco Central do Brasil;
  - d) Receita Federal do Brasil.



4) Sempre que possível, terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte:

- a) os impostos;
- b) as taxas;
- c) as contribuições sociais;
- d) as tarifas.

5) Em relação ao imposto de renda, não cabe à Lei Complementar:

- a) definir seus fatos geradores;
- b) definir suas bases de cálculo;
- c) definir seus contribuintes;
- d) definir suas alíquotas.

6) Assinale a alternativa que indica corretamente uma característica do regime único de arrecadação dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para microempresas e empresas de pequeno porte:

- a) deve ser opcional para os entes federados;
- b) a arrecadação deverá ser realizada pela União que imediatamente repassará os recursos pertencentes aos demais entes federados;
- c) as condições de enquadramento devem ser uniformes em todo o território nacional;
- d) deve ser opcional para o contribuinte.

7) Assinale a alternativa que indica uma contribuição que NÃO pertence à competência tributária da União:

- a) Contribuição para o salário-educação;
- b) Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública;
- c) Contribuição na importação de serviços do exterior;
- d) Contribuição de intervenção no domínio econômico.



8) NÃO é da competência dos Estados criar imposto sobre:

- a) Mercadorias que se configurem como produtos industrializados;
- b) Serviços de transporte intermunicipal de passageiros;
- c) Serviços de comunicação telefônica municipal;
- d) Serviços de transporte municipal de carga.

9) Assinale a alternativa incorreta relativamente ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana:

- a) Pode ter alíquotas diferentes de acordo com a localização do imóvel;
- b) É da competência tributária dos municípios, mas pode ser criado pela União em Território Federal não dividido em municípios;
- c) Deve ser progressivo em razão do valor do imóvel;
- d) Pode ter alíquotas diferentes de acordo com o uso do imóvel.

10) Não pode ser concedido parcelamento com prazo superior a 60 (sessenta) meses para:

- a) o imposto de renda;
- b) a contribuição sobre a folha de salários;
- c) a contribuição social sobre o lucro;
- d) o imposto *causa mortis* e doação.

11) Assinale a alternativa correta, relativamente à responsabilidade tributária:

- a) O sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro são pessoalmente responsáveis pelos tributos devidos pelo *de cuius* após a data da partilha ou adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão do legado ou da meação;
- b) O servidor que dolosamente expedir certidão negativa com erro contra a Fazenda Pública responderá pessoalmente pelo crédito tributário que dela deveria constar;
- c) A pessoa natural, que adquirir de outra, estabelecimento profissional, e continuar a respectiva exploração, responde pelos tributos relativos ao estabelecimento adquirido, devidos até a data do ato, exceto no caso de aquisição em alienação judicial em processo de falência, mesmo que seja parente de 4º (quarto) grau do devedor falido;
- d) É considera espontânea a denúncia da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, mesmo apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização.



12) O termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, deve indicar obrigatoriamente, exceto:

- a) o nome do devedor;
- b) a filiação do devedor;
- c) o domicílio ou a residência do devedor;
- d) a data da inscrição.

13) É vedada a divulgação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades, mesmo no caso de:

- a) representações fiscais para fins penais;
- b) inquérito policial;
- c) inscrições na Dívida Ativa da Fazenda Pública;
- d) parcelamento.

14) Mesmo se intimados por escrito, não são obrigados a prestar à autoridade administrativa fiscal informações de que disponham com relação a atividades de terceiros:

- a) Bancos e demais instituições financeiras;
- b) Leiloeiros oficiais;
- c) Advogados;
- d) Liquidatários.

15) Suspende a exigibilidade do crédito tributário, exceto:

- a) o ajuizamento de ação judicial;
- b) o parcelamento;
- c) a moratória;
- d) o depósito do montante integral.



16) Extingue o crédito tributário, exceto:

- a) a isenção;
- b) a compensação;
- c) a remissão;
- d) a transação.

17) A prescrição tributária se interrompe, exceto:

- a) por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;
- b) pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal;
- c) pelo protesto extrajudicial;
- d) por qualquer ato inequívoco ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.

18) Os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas, salvo disposição em contrário, entram em vigor:

- a) 30 (trinta) dias após a data da sua publicação;
- b) 90 (noventa) dias após a data da sua publicação;
- c) no exercício seguinte ao da publicação;
- d) na data da sua publicação.

19) Tratando-se de ato não definitivamente julgado, a lei NÃO se aplica retroativamente:

- a) quando cominar penalidade menos severa;
- b) quando extinguir uma penalidade;
- c) quando deixar de definir uma conduta como infração;
- d) quanto extinguir um tributo.



20) O prazo para homologação do pagamento, quando a lei atribui ao sujeito passivo o dever de antecipar o recolhimento sem prévio exame da autoridade administrativa, é de cinco anos a contar:

- a) do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido realizado;
- b) da data em que tenha sido iniciada a constituição do crédito tributário pela notificação, ao sujeito passivo, de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento;
- c) da data do próprio pagamento;
- d) da ocorrência do fato gerador.